

Reflexões sobre a Atividade da Pesca Artesanal e da Carcinicultura no estado da Bahia

Kássia Aguiar Norberto Rios
Mestranda em Geografia
Universidade Federal da Bahia - UFBA
kassia_arodrigues@yahoo.com.br

Guiomar Inez Germani
Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal da Bahia - UFBA
guioma@ufba.br

Introdução

A atividade pesqueira é exercida pelo homem ao decorrer de sua história como forma de garantir sua sobrevivência e reprodução social, seja como fonte de alimentação, como mercadoria utilizada para troca por outros produtos necessários a sua sobrevivência ou enquanto fonte de emprego e renda direta ou indireta, nesta última atuando nos demais ramos de comercialização, confecção e indústria dos produtos necessários a reprodução da atividade.

Dentre as atividades exercidas no setor, destacamos a pesca artesanal, que ainda hoje, exerce o papel de principal atividade de subsistência e reprodução social para muitas comunidades tradicionais existentes no litoral do país, a exemplo do litoral do estado da Bahia. Com a evolução das tecnologias e modernizações na atividade pesqueira, o aumento da pesca intensiva e a implantação da atividade da carcinicultura¹ no país, diversas mudanças são percebidas nessas comunidades que dependem diretamente/indiretamente da pesca artesanal. Pois a lógica empregada por esse empreendimento de caráter industrial se difere da lógica empregada pelos pescadores artesanais.

Dessa forma, um dos desafios encarados pelas sociedades contemporâneas é de como conciliar as atuais formas de apropriação e utilização da natureza com uma utilização consciente e não predatória da mesma. Como também, de conciliá-las com as formas de apropriação mais tradicionais, a exemplo de pescadores artesanais,

¹ A carcinicultura é a criação de camarões em viveiros, podendo ser: em água salgada (marinha) e em água doce. Ambas necessitam de um laboratório onde serão criadas as larvas (larvicultura). Logo após a eclosão, estas passam por alguns estágios de desenvolvimento (náuplios, protozoéa e mísis), para assim chegarem à condição de pós-larvas e serem inseridas em seus viveiros (ABCC, 2009).

quilombolas e camponeses, que se utilizam dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência e reprodução social (DIEGUES, 2004).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a importância da atividade pesqueira no decorrer da história humana, abordando as atividades da pesca artesanal e da carcinicultura² no estado da Bahia, a partir de uma análise geográfica do espaço produzido pelas mesmas e suas territorialidades. Para tal, partimos de uma análise quantitativa da produção pesqueira e aquícola brasileira no período de 2003 a 2009 e sua participação mundial, abordando principalmente a Região Nordeste e o estado da Bahia, a fim de compreender a importância da mesma na economia do país. Posteriormente, buscamos refletir o desenvolvimento das atividades da pesca artesanal e da carcinicultura, a partir de uma compreensão dos aspectos eminentemente geográficos aplicados aos conceitos de produção do espaço e território.

A atividade pesqueira e aquícola no Brasil, na região Nordeste e no estado da Bahia

Ao analisar os dados estatísticos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) sobre a produção pesqueira e aquícola³ mundial e brasileira, no período de 2003 a 2009, perceberemos que a atividade pesqueira, aos poucos vem inserindo-se na economia mundial e cada vez mais se consolidando como uma importante fonte de emprego e renda direta/indiretamente. Segundo dados estatísticos do MPA, a atividade vem contribuindo para a economia mundial à medida que aumenta sua produção ao decorrer dos anos, em 2007 obteve uma produção mundial de 155,8 milhões de toneladas e em 2008 chegou a produzir 159,2 milhões de toneladas, tendo entre os trinta maiores produtores de pescado mundial, países como China, Indonésia, Índia, Peru, Japão e o Brasil, este último ocupando o 21º lugar entre os trinta maiores produtores mundiais e com uma participação de 0,69% do total produzido em 2007, com um quantitativo de

² A carcinicultura é a criação de camarões em viveiros, podendo ser: em água salgada (marinha) e em água doce. Ambas necessitam de um laboratório onde serão criadas as larvas (larvicultura). Logo após a eclosão, estas passam por alguns estágios de desenvolvimento (náuplios, protozoéa e mísis), para assim chegarem à condição de pós-larvas e serem inseridas em seus viveiros (ABCC, 2009).

³ A aquíicultura pode ser definida como o processo de produção em cativeiro, de organismos com *habitat* predominantemente aquático, tais como peixes, rãs, camarões, entre outras espécies. Pode ser continental ou marinha, tendo esta última subdividida em carcinicultura, piscicultura, cultivo de algas, ostreicultura etc (ABCC, 2009).

1.072.227 milhão de toneladas e 0,73 % em 2008, equivalente a 1.156.423 (MPA, 2010; MPA, 2011). Podemos observar também que, dentre os países que compõem a América do Sul, o Brasil ocupa a 3ª posição entre os maiores produtores, atrás do Peru e do Chile, países estes que direcionaram seus esforços para os recursos do Oceano Pacífico, como demonstra a Tabela 1.

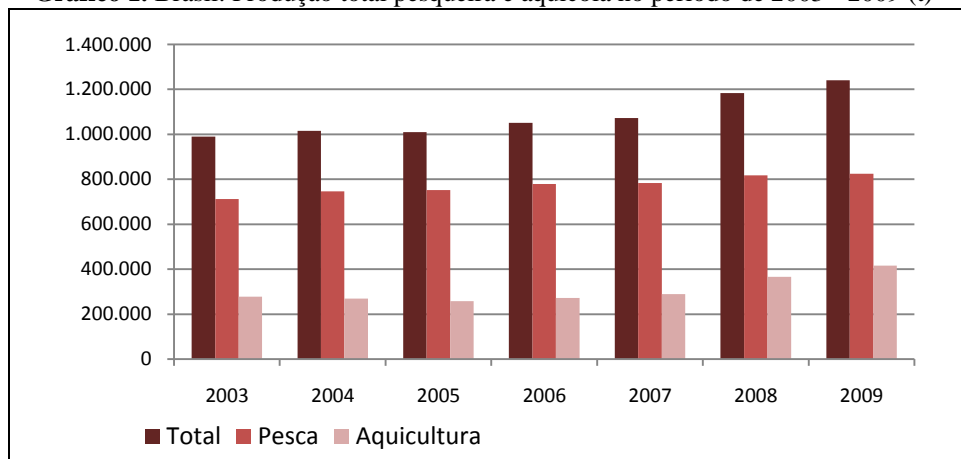
Tabela 1. Produção (t) pesqueira e aquícola mundial dos maiores países produtores em 2007 e 2008.

Posição	País	Produção	
		2007	2008
1º	China	56.160.587	57.827.007
2º	Indonésia	8.176.567	8.815.120
3º	Índia	6.971.536	7.583.569
4º	Peru	7.260.861	7.419.789
5º	Japão	5.687.766	5.542.475
6º	Filipinas	4.717.514	4.972.313
7º	Estados Unidos	5.295.461	4.857.128
8º	Chile	4.937.629	4.810.222
9º	Vietnã	4.143.800	4.584.900
10º	Tailândia	3.656.032	3.831.208
11º	Rússia	3.568.363	3.509.646
12º	Coréia do Sul	3.287.104	3.352.554
13º	Noruega	3.355.072	3.274.572
14º	Mianmar	2.840.240	3.168.562
15º	Bangladesh	2.440.011	2.563.296
16º	Malásia	1.648.022	1.754.401
17º	México	1.617.798	1.745.402
18º	Taiwan	1.499.595	1.347.370
19º	Islândia	1.425.857	1.311.691
20º	Espanha	1.101.498	1.166.363
21º	Brasil	1.072.227	1.156.423
22º	Canadá	1.177.856	1.094.083

Fonte: MPA, 2011.

No que tange a produção pesqueira nacional (pesca e aquicultura), o Brasil vem demonstrando um estável crescimento, em 2003 obteve uma produção de 990.889 mil toneladas e em 2009 chegou a 1.240.813 milhão de toneladas. Nesse mesmo período, a produção aquícola obteve um quantitativo de 278.128 mil toneladas (2003), logo em seguida nos anos de 2004 e 2005 passou por um momento de crise na atividade, reduzindo seus números de produção e se restabelecendo aos poucos a partir de 2006, como demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1. Brasil: Produção total pesqueira e aquícola no período de 2003 - 2009 (t)



Fonte: MPA, 2010. Elaboração: Kássia Rios, 2011.

Nesse contexto que inserimos a aquicultura, em especial a maricultura – prática da aquíicultura no mar –, que implica na utilização do espaço marinho para implantação do empreendimento e desenvolvimento da atividade. Na maricultura, salientamos o desenvolvimento da atividade da carcinicultura que se desenvolve a partir da instalação de viveiros de cultivo de camarão sobre o ecossistema manguezal⁴, trazendo consigo algumas mudanças significativas para o ecossistema e para as comunidades tradicionais pesqueiras que ali residem e dependem direta/indiretamente do ecossistema.

O Brasil no contexto mundial de produção da aquíicultura (marinha e continental) ocupa o 16º lugar entre os trinta maiores produtores aquícolas mundiais, com o quantitativo de 289.050 mil toneladas em 2007 e 415.649 mil toneladas em 2008. Parte dessa produção se dá pela carcinicultura, que após um período de crescimento produtivo, obtendo em 2003 um produção de 90.196 mil toneladas, vivenciou um sério momento de crise em sua produção a partir 2004, como podemos observar no Gráfico 1, a diminuição na produção da aquíicultura, que se deu em parte pelas crises vivenciadas pela carcinicultura. Em 2006, a atividade demonstrou iniciar certa estabilidade em sua produção, mantendo-se em 65.000 mil toneladas produzidas por ano até 2007. Em 2008 chegou a produzir 70.251 mil toneladas e em 2009, devido a fatores climáticos e enchentes ocorridas nos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará (maiores

⁴ Os manguezais são caracterizados por uma baixa diversidade de espécies arbóreas resistentes às condições halófilas das águas estuarinas ou regiões costeiras com influências de águas marinhas. É um ambiente propício à produção de matéria orgânica, o que garante alimento e proteção natural para a reprodução de diversas espécies marinhas e estuarinas (MAIA et al, 2005, p.7). Outra característica importante das áreas de mangue refere-se a sua localização, ou seja, entre a terra e o mar, uma localização única, cujo qual desenvolvem-se espécies vegetais e animais que dependem diretamente das condições existente nesse ambiente.

produtores nacionais) houve uma queda da produção em relação a 2008, chegando a 65.189 mil toneladas produzidas (MPA, 2010).

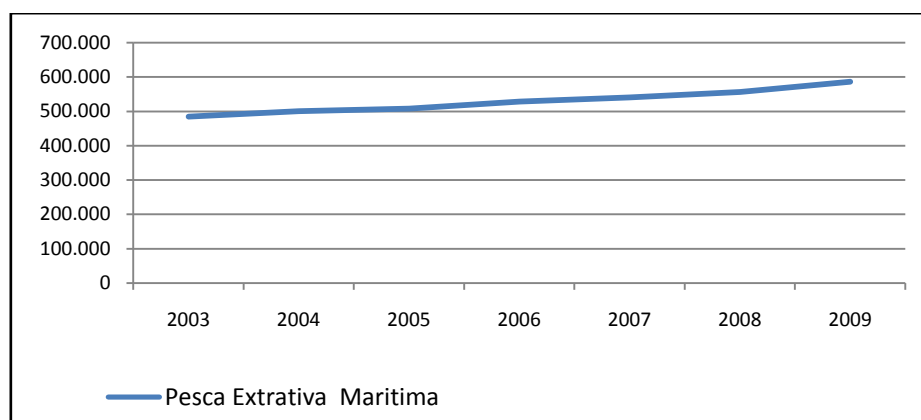
Observamos que, a produção pesqueira nacional se caracteriza pela forte presença da pesca extrativa em relação à aqüicultura. Em 2009, o Brasil contava com 833.205 mil pescadores registrados, sendo 63,2 % do sexo masculino e 36,8 % do sexo feminino, tendo grande parte destes atuando na pesca extrativa marinha (MPA, 2011).

Nesse contexto partimos para uma análise interna da produção nacional, para tal tomamos inicialmente a atividade pesqueira marítima e continental, onde compreendemos a pesca extrativa como “a retirada de organismos aquáticos da natureza sem seu prévio cultivo; este tipo de atividade pode ocorrer em escala industrial ou artesanal, tanto no mar como no continente” (SEBRAE, 2008, p.8). Dessa forma, passamos a definir com pesca extrativa marítima e continental como sendo:

“a *pesca marítima* é aquela que se faz no mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica exclusiva e nas áreas de alto-mar adjacentes a esta última, e também aquela praticada em baías, enseadas, angras, braços de mar ou áreas de manguezais, consideradas as *águas*, neste caso, como *interiores*, classificação que não deve ser confundida com a das *águas doces* (rios, ribeirões, lagos, lagoas, açudes etc.), que se denominam *continentais* (CNISO, 1998, p.103).

No Brasil, a pesca extrativa marinha contém os maiores índices de produção do país e vem demonstrando um estável crescimento, ainda que em números pequenos, mas constantes. Em 2003 a pesca marítima era de 484.592 mil toneladas e em 2009 foi de 585.671 mil toneladas, dessa forma, se estabelecendo como importante fonte de renda e emprego em diversos estados brasileiros, principalmente na Região Nordeste (Gráfico 2).

Gráfico 2. Crescimento da Pesca Extrativa Marinha no Brasil no período de 2003 a 2009.



Fonte: MPA, 2010. Elaboração: Kássia Rios, 2011.

Nas regiões brasileiras em relação à atividade pesqueira e aquícola, a Região Nordeste se encontra na 1ª posição com uma participação de 32% na produção total nacional, equivalente a 374.815 mil toneladas. Verificando especificamente à pesca extrativa marinha, a Região se destaca com os maiores índices de produtividade do país, em 2009 foi responsável pela produção de 215.226 mil toneladas seguida pelas regiões Sul, Norte, Sudeste e Centro-Oeste.

Dentre os Estados nordestinos, destacamos a presença do estado da Bahia, recorte espacial da presente pesquisa, que ocupa o 3º lugar nacional referente à produção pesqueira e aquícola. Na escala regional, a Bahia ocupa a 1ª posição, com uma produção de 83.537 mil toneladas. Cabe destacar que, em relação à aquíicultura a Bahia se encontra em 3º lugar na Região Nordeste, com uma produção de 20.031 mil toneladas, logo após os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, sendo estes últimos os maiores produtores de carcinicultura do país, portanto tendo grande contribuição quantitativa nos números referentes à atividade da aquíicultura nos Estados.

Atividade pesqueira na Bahia: Pesca artesanal e Carcinicultura

A região costeira da Bahia tem 1.100km de extensão, compreendendo 39 municípios e abrigando importantes estuários ao longo de 40 bacias hidrográficas. Possuindo uma área estimada de 100.000 hectares de manguezais e cerca de 95.000 habitantes diretamente ligados diretamente a esse ecossistema (RAMOS, 2002).

O estado da Bahia possui um total de 105.455 mil pescadores cadastrados, sendo 54,9% do sexo masculino e 45,1% do sexo feminino, ocupando o primeiro lugar na Região Nordeste em quantidade de pescadores cadastrados e o segundo lugar entre os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal, como podemos observar na Tabela 2.

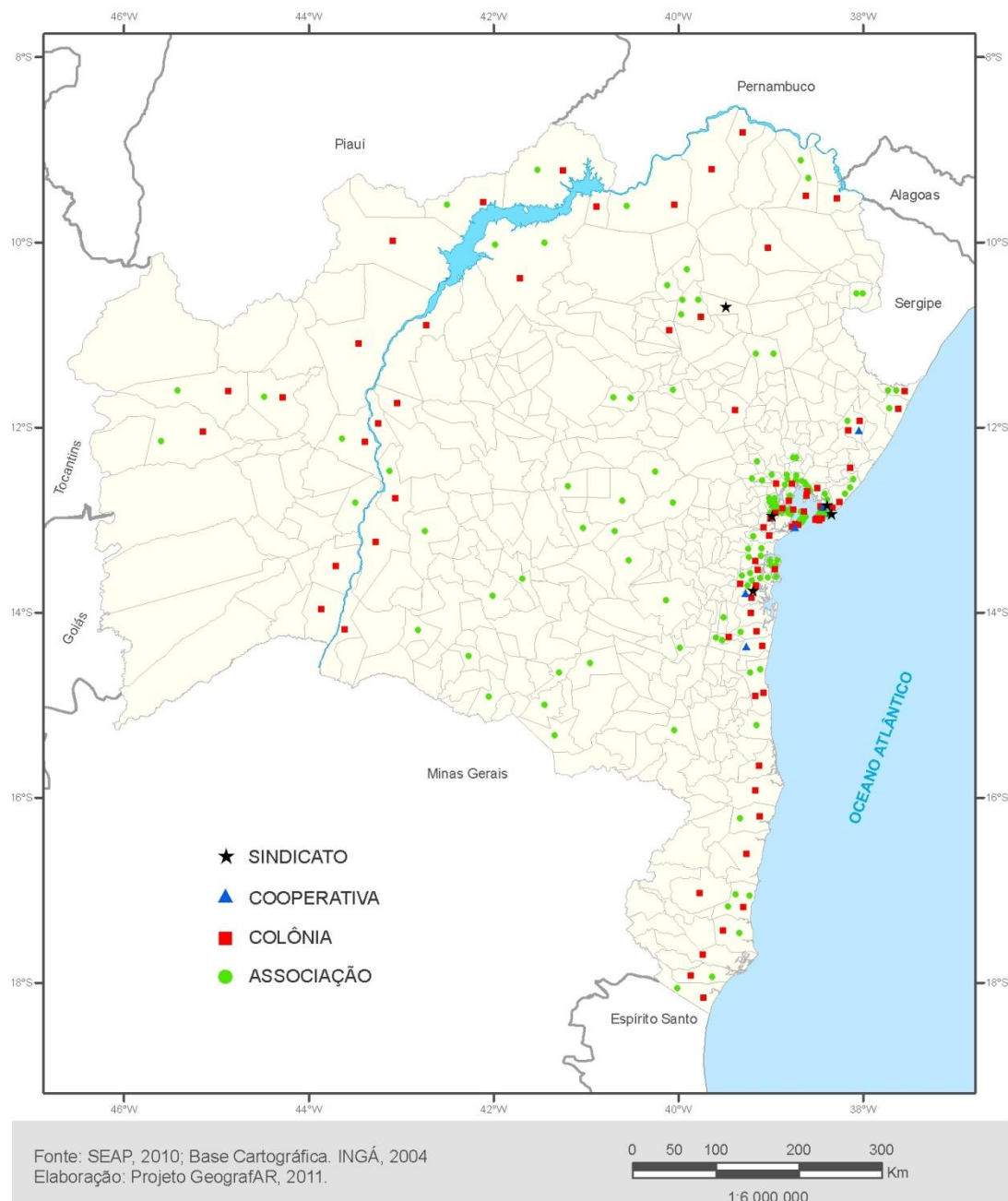
Tabela 2. Quantidade de pescadores na Região Nordeste e Bahia no ano de 2009.

Região Nordeste/Estados	Homens	Mulheres	Total
Alagoas	15.368	14.469	29.837
Bahia	57.859	47.596	105.455
Ceará	24.161	6.023	30.184
Maranhão	52.200	49.387	101.587
Paraíba	14.077	5.466	19.543
Pernambuco	8.713	5.739	14.452
Piauí	20.247	11.236	31.483
Rio Grande do Norte	21.268	11.244	32.512
Sergipe	10.447	10.581	21.028

Fonte: MPA, 2011. Elaboração: Kássia Rios.

Atualmente no Brasil existem 1.037 colônias e 25 Federações Estaduais, no Estado da Bahia existe a Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia, 147 Associações, 79 Colônias, 6 Cooperativas e 5 Sindicatos, além do Ministério da Pesca e Aquicultura do Estado, ambos onde os pescadores encontram-se organizados (Figura 1).

Figura 1. Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas de Pesca do Estado da Bahia cadastradas na SEAP/BA, 2011.



Sobre a produção da pesca marítima do Estado, no período de 2007 – 2009, o mesmo obteve respectivamente o quantitativo por ano de: 44.932,01 toneladas, 66.486,4

toneladas e 81.884,0 toneladas, sendo o terceiro maior produtor de pescado do Nordeste. Salientamos que, na presente pesquisa nos restringiremos à pesca extrativa marinha, especificamente a pesca artesanal. Nesse contexto, observamos através da organização dos pescadores e de sua produção, a forte presença da atividade no Estado e sua importância para população litorânea baiana, principalmente na pesca artesanal, que ainda hoje, exerce o papel de principal atividade de subsistência para muitas comunidades tradicionais existentes no litoral do país e do Estado.

Como citado anteriormente, a pesca extrativa pode ocorrer em escala industrial ou artesanal, dessa forma, a priori é relevante destacar que,

[...] o pescador artesanal é aquele que detém consciência sobre os ciclos e o meio ambiente onde realiza seu trabalho, sabendo discernir tipos de ventos, de cardumes, períodos relativos ao calendário lunar e mais aptos a captura de certos tipos de pescados, melhores locais de pescarias e outros. Sem esse conhecimento, que é adquirido pela experiência de vida, não se faz pescador (RAMALHO, 2006, p. 52).

Nesse contexto, estão às comunidades tradicionais, pesqueiras que, representam exemplos de formas sociais de produção que ainda hoje, sobrevivem direta/indiretamente da pesca artesanal e com a inserção e expansão do modelo urbano-industrial nas zonas pesqueiras de característica artesanal, muitas destas comunidades por não se inserirem no sistema produtivo dominante, são muitas vezes desarticuladas e obrigadas a dividir seu espaço de uso com empreendimentos econômicos, comprometendo em muitas vezes a sua própria subsistência.

Como exemplo crítico desse modelo, temos inserção da atividade da carcinicultura em áreas de uso de pescadores artesanais e marisqueiras, cujo qual tem comprometido tanto o desenvolvimento da atividade da pesca artesanal, quanto à própria subsistência da comunidade que ali reside e depende diretamente dos recursos disponíveis. Pois a instalação das fazendas de cultivo de camarão em viveiro ocorre em sua maioria sobre o ecossistema manguezal, ambiente essencial para o desenvolvimento da mariscagem, uma das principais atividades realizadas pelas comunidades pesqueiras.

A implantação desses empreendimentos no Brasil data desde o ano 1970, quando o Governo Estadual criou o “Projeto Camarão” no Rio Grande do Norte, pioneiro na atividade no Brasil. A estratégia de implantação do projeto justificava-se como alternativa para substituir a extração do sal, atividade tradicional do Estado que se encontrava em crise.

A atividade da carcinicultura no Brasil, também obteve momentos de alta produtividade e comercialização em 2003 e momentos de crise a partir de 2004, devido a fatores como a queda na cotação do dólar, doenças nos viveiros de camarão e nos anos de 2008 e 2009 as chuvas ocorridas no Nordeste brasileiro principalmente nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. No Brasil a carcinicultura encontra-se distribuída em vários Estados, no nordeste brasileiro encontram-se os principais produtores: Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Paraíba, Bahia etc.

No tocante ao desenvolvimento da atividade no estado da Bahia,

[...] observa-se um marco institucional importante, que definiu a abertura de territórios para atração de investimentos empresariais para sua região costeira: trata-se do Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para Carcinicultura Marinha, lançado pela Bahia Pesca no ano de 2003. A Bahia Pesca, empresa do Estado da Bahia cuja missão é o desenvolvimento da atividade pesqueira no Estado da Bahia, desde o início de 2002 vem perscrutando alternativas de negócios rentáveis e divulgando-as para investidores em potencial através de anúncios pagos em jornais de circulação estadual e nacional. Desse modo, a Bahia Pesca desenhou uma espécie de zoneamento econômico que liberou territórios para o investimento de capital e expandiu a fronteira da acumulação para áreas onde predominavam atividades produtivas tradicionais, como a pesca e a mariscagem (MELLO, 2008, p.43).

Dentre esses territórios liberados para a carcinicultura marinha, utilizamos como demonstrativo alguns municípios estudados pela Rede MangueMar Bahia, através do Mapeamento dos conflitos sócio-ambientais relativos a carcinicultura no estado da Bahia (2007). Essa pesquisa teve como objetivo trazer a público uma síntese dos conflitos que se expandiram com intensidade pelo litoral brasileiro, analisando especificadamente o litoral baiano a partir da década de 1990, com a implantação de fazendas de camarão sobre os territórios das populações tradicionais, como pescadores, indígenas e quilombolas (MANGUEMAR BAHIA, 2007). Este documento trás uma análise de seis municípios que tiveram a inserção da carcinicultura em áreas de uso de comunidades tradicionais, são eles: Caravelas, Canavieiras, Salinas das Margaridas, Acupe - Santo Amaro, Jandaíra e Valença.

A análise trás dados referentes ao momento de implantação das fazendas, as resistências das populações tradicionais que ali residem e as principais implicações da inserção da atividade nos municípios estudados. Principalmente, no que se refere à apropriação e utilização de uma área de uso das comunidades pelas fazendas de cultivo de camarão.

Algumas reflexões sobre atividade pesqueira na Bahia a partir dos conceitos de produção do espaço e território

A atividade pesqueira na Bahia, mais especificamente a pesca artesanal, possui uma lógica de apropriação da natureza diferenciada dos empreendimentos voltados ao cultivo de camarão. Cabe destacar que

A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação dos meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de morada do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria (CARDOSO, 2003, p. 119).

No primeiro caso, a lógica de apropriação é voltada para a reprodução social da comunidade, a comercialização do pescado é feita como forma de garantir a alimentação e sobrevivência da mesma, é através dessa comercialização que a comunidade adquire outros alimentos necessários a sua sobrevivência, garante o pagamento de suas contas, seus gastos com redes e materiais de pesca, vestimenta etc. Para estes, o espaço é tido como valor de uso da comunidade local. Na carcinicultura, tem-se uma lógica voltada aos moldes capitalistas de produção, este que visa à necessidade imediata de expansão e reprodução econômica.

Cabe ressaltar que, a partir do momento em que uma sociedade habita o espaço, há uma valorização do mesmo em decorrência da relação sociedade-espaço, mediada pelo trabalho humano.

Assim, “sendo o espaço (e tudo que nele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um *valor de uso*, um bem de utilidade geral (MORAES; COSTA, 1987, p. 123), onde, enquanto esse espaço não é motivo de interesse do capitalismo, as comunidades tradicionais, por exemplo, seguem sua lógica de apropriação/produção sem interferência dos interesses das formas de apropriação/produção características do capitalismo.

Mas, a partir do momento em que este, se insere na lógica capitalista e emprega suas características próprias de produção na apropriação da natureza, o valor atribuído ao espaço tem significado diferenciado das comunidades locais, onde é atribuído pelos capitalistas também/ principalmente o valor de troca. Pois, “o modo de produção capitalista assenta-se, fundamentalmente, na produção de valores de troca, sendo a mercadoria sua unidade elementar (MORAES; COSTAS, 1987, p. 149).

Assim, a inserção de empreendimentos de cultivo de camarão nesse espaço constitui-se em uma nova forma de apropriação da natureza, onde sua produção é característica específica do modo capitalista de produção, nesse sentido o espaço que, para os pescadores tem seu valor de uso, para os carcinicultores terá também/principalmente o valor de troca.

Na atividade da carcinicultura a produção se dá de maneira industrial, com a utilização de novas tecnologias e máquinas, o que ressalta a diferença na forma e valor empregados na apropriação da natureza. Nesse sentido, concordamos quando Moraes e Costa afirmam que,

A produção industrial em larga escala amplia consideravelmente a quantidade e a diversidade dos produtos, seja pela diversificação do consumo, seja pela introdução de novas tecnologias de acesso aos recursos naturais. O processo de apropriação se acentua e torna-se cada vez mais um processo social geral. Entre homem produtor e a natureza, colocam-se agora a tecnologia, as máquinas e os novos usos que não se limitam mais à satisfação das necessidades elementares de subsistência (MORAES; COSTA, 1987, p. 87).

Nesse contexto, verifica-se a materialização das contradições entre pescadores artesanais e carcinicultores no estado da Bahia, a partir do momento em que estes se apropriam do espaço e ali desenvolvem suas atividades, sejam estas no ambiente marítimo ou terrestre. Onde os mesmos criam seus territórios e suas relações de poder com o mesmo.

Sendo assim, é no sentido de entender o território a partir da apropriação e do uso em que a sociedade faz do espaço geográfico, que procuramos compreender como se dá a relação dos territórios da pesca artesanal e da carcinicultura. Segundo Raffestin,

[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sitagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Dessa forma, considerando o território como espaço apropriado, observamos a apropriação do espaço por diferentes agentes, no caso, pescadores artesanais e carcinicultores. Onde, estes estabelecem suas relações de poder sobre o mesmo e ali desenvolvem suas atividades, projetam trabalho humano. “O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nesse sentido, Cardoso enfatiza que o “território poderia então ser definido como uma porção do espaço terrestre sobre o qual um agente qualquer exerce um domínio, através do poder gerado por acordos, coesões, ou instrumentos de dominação (CARDOSO, 2003, p. 120). Segundo o mesmo,

Podemos entender que existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também no interior dos países, tais como territórios indígenas, territórios quilombolas e mesmo territórios pesqueiros (CARDOSO, 2003, p. 120).

Na Bahia, podemos observar a construção dos territórios pesqueiros a partir das atividades da pesca artesanal e da carcinicultura. Para os pescadores artesanais, conceituamos território, quando o mesmo se apropria do espaço, atribuindo-lhe um valor de uso e desenvolvendo ali suas atividades, criando relações de poder com o mesmo e demarcando tal espaço (marítimo ou terrestre) como o seu território de uso, ou seja, de uso comunidade local.

Observa-se que, o território ganha além da delimitação de uso por parte dos pescadores, o sentido de conhecimento, de interação e incorporação a vida dos mesmos. Pois é, neste espaço apropriado pelos pescadores para garantia de sua subsistência onde, são criadas relações de conhecimento, identificação, pertencimento e interação entre homem e natureza. Dessa forma, tem-se a construção do território dos pescadores artesanais e marisqueiras, na medida em que estes exercem suas atividades sejam em água ou na terra, ambas caracterizadas pela lógica empregada pelos mesmos na apropriação do espaço em que, o valor de uso e as formas tradicionais de produção são as características principais do território da pesca artesanal.

Sendo assim, é na relação dos territórios terra e água que observamos a materialização das contradições existentes entre os diferentes agentes que se apropriam do espaço. Considerando, como exposto acima, o território da pesca artesanal, como a área em que pescadores e marisqueiras utilizam para o desenvolvimento de suas atividades, tendo o mangue, ecossistema esse que não é somente terra nem somente água, onde os empreendimentos de cultivo de camarão se instalam, podemos considerar que é neste espaço onde ocorrem inicialmente os conflitos.

Ressaltamos que a principal atividade econômica das comunidades afetadas é pesca e a mariscagem, que sobrevive basicamente da pesca e do extrativismo em áreas de manguezais e no seu entorno. Segundo Prost,

Os manguezais são considerados ecossistemas-chave em razão de sua riqueza em biodiversidade e dos serviços ambientais que eles proporcionam [...] em

virtude desse processo, destacamos, entre os serviços ambientais, o de viveiro e de local de alimentação para muitas espécies, fixas ou migrantes, da fauna terrestre, aquática ou ainda de pássaros. Nessa interface entre meios terrestre e aquático, os manguezais oferecem uma grande variedade de recursos naturais, base de sustentação de populações costeiras há séculos [...] (PROST, 2007, p. 154).

Concordando com Diegues quando nos contempla dizendo:

Nas regiões costeiras, existem extensas áreas de manguezais, restingas e também lagunas, estuários e florestas litorâneas, como partes da Mata Atlântica. Nela se estabeleceram grupos que desenvolveram culturas particulares que se caracterizam por modos de vida específicos, de grande dependência dos recursos naturais renováveis (DIEGUES, 1995, p. 214).

Na Bahia de Todos os Santos, os manguezais de distribuem por quase toda área, sendo de grande importância para as comunidades tradicionais que ali residem e dependem do mesmo para sua sobrevivência. Percebe-se que a relação entre as comunidades tradicionais com as áreas de mangue é de grande importância e de certa forma, dependência para sobrevivência e reprodução social das mesmas.

Assim como a atividade da pesca artesanal constrói seu território, à medida que se apropria do espaço e ali estabelece suas relações de produção, observamos que a carcinicultura também constrói o seu território a partir do momento em que, se apropria das áreas de mangue, construindo os viveiros para cultivo do camarão e desenvolvendo ali suas atividades.

Salientamos que, na apropriação da natureza pela atividade da carcinicultura, há uma diferenciação entre as formas desta e da pesca artesanal, onde o desenvolvimento da carcinicultura compromete a realização da pesca e da mariscagem. Pois, há nesse processo a ocupação de um espaço em comum, o mangue, por ambas as atividades. Segundo Melo,

As fazendas de camarão são preferencialmente alocadas em estuários e áreas de manguezal, que oferecem as condições ambientais ideais para este sistema de produção, no qual o uso intensivo dos recursos hídricos é um fator decisivo: para cada tonelada de camarão produzida são necessários entre 50 e 60 milhões de litros d'água. Assim, a instalação de fazendas de camarão se dá normalmente em áreas preservadas, habitadas por populações costeiras que vivem do extrativismo de mariscos, moluscos, camarão e peixes (MELO *apud* PASSOS, 2010, p. 7).

Assim, na medida em que os empreendimentos se apropriam do espaço e instalam os viveiros, desenvolvem a produção do camarão e posteriormente comercializam o produto, estes constroem o território da carcinicultura. Onde, os carcinicultores criam suas relações de poder com o local e estabelecem suas relações de

produção e desenvolvimento da atividade. Ocasionalmente, uma disputa territorial entre essas atividades para garantia do desenvolvimento das mesmas.

Dessa forma podemos observar que o território construído pela atividade da carcinicultura se estabelece no mesmo território da pesca artesanal, ocorrendo assim disputa por espaços até então apropriados por pescadores e marisqueiras.

Considerações Finais

Em linhas gerais, percebemos que a atividade pesqueira no Brasil se estabelece como importante fonte de emprego e renda para sua população. Assim como a pesca extrativa cresce ao decorrer dos anos, com atenção principalmente para pesca artesanal, que corresponde ainda nos dias atuais, a única fonte de sobrevivência de comunidades tradicionais, a aquicultura também vem demonstrando estável crescimento, principalmente a carcinicultura que desde a década de 1990 vem se instalando em áreas de uso dessas comunidades. Daí a importância de estudos que possam verificar e compreender o desenvolvimento simultâneo de ambas as atividades em um mesmo espaço.

Como observamos, as contradições existentes entre pescadores artesanais e carcinicultores na Bahia se dão, inicialmente, pela ocupação de um espaço em comum, onde as diferenças existentes nas formas de apropriação da natureza por ambas as atividades, vem ocasionando constantes mudanças territoriais. Pois, na medida em que essas atividades se apropriam do espaço e ali se desenvolvem, criam seus territórios e suas relações de poder com o mesmo.

Por fim, cabe ressaltar que, apesar do território da pesca artesanal não ser oficializado como propriedade privada, como os empreendimentos de carcinicultura, para o desenvolvimento da atividade, há necessidade da apropriação de determinado espaço, para realização da mesma. Por exemplo, para que as marisqueiras desenvolvam suas atividades de captura do marisco, há uma necessidade de que aquele território por elas apropriado esteja livre para a utilização do mesmo, nesse caso, não somente disponível, mas também em condições favoráveis. Com o desenvolvimento da carcinicultura não somente essa disponibilidade é comprometida, como também em muitas vezes as condições físicas e naturais desse espaço. Ocasionalmente, disputas territoriais entre os mesmos e em alguns casos a desarticulação das comunidades e o comprometimento de sua subsistência.

Referências

- ABCC. Associação Brasileira de Criadores de Camarão. **História da Carcinicultura no Brasil**. Disponível em: <http://www.abccam.com.br/historico2.html>. Acesso em 21 de setembro de 2009.
- CARDOSO, Eduardo S. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. In GEOUSP- **Espaço e tempo**. São Paulo. Nº14 pp.119-125, 2003.
- CNISO, Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos. O Brasil e o Mar no século XXI: Relatório dos tomadores de decisão do País. Rio de Janeiro: CNISO, 1998.
- DIEGUES, A. C. **Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NAPAUB, 1995.
- DIEGUES, A. C.(org.) **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos**. O caso de Guaraqueçaba, Paraná. São Paulo: NUPAUB - USP, 2004.
- MELLO, Cecília Campello do A. A luta por justiça ambiental e os grandes projetos de carcinicultura no Estado da Bahia. In: **Justiça pelas Águas: Enfrentamento ao Racismo ambiental**. SRH, 2008, pp. 41-47.
- MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: A valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Produção pesqueira e aquícola**. 2010
- MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2008 e 2009**. 2011.
- PASSOS, Andressa Lopes de Oliveira. **Carcinicultura Marinha: Caracterização e conflitos entre as esferas ambiental e produtiva no município de Jaguaripe, Bahia**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira - Estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **Geotextos** (UFBA), v. 23, p. 139-169, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.
- RAMALHO, Cristiano Wellington N. **Ah, esse povo do mar!:** um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas, SP: Ceres, 2006.
- RAMOS, Sergio. **Manguezais da Bahia: breves considerações**. Ilhéus: Editus, 2002.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Aquicultura e Pesca: Tilápias**. Estudos de mercado SEBRAE/ESPM. SEBRAE, 2008.